

Sociedade Civil “questionada e sob pressão”, conclui relatório

Comunicado de Imprensa
Aos 21 de Fevereiro de 2017

Em todo mundo, a sociedade civil está a ser “questionada” e vive “sob pressão”, é o que conclui o relatório final de uma pesquisa realizada em 22 países e publicado pela CIVICUS, a aliança global da sociedade civil e pelo *International Center for Not-for-Profit Law* (ICNL). O documento intitulado [Questionadas e sob pressão: uma descrição do ambiente favorável à sociedade civil em 22 países](#), relatório-Síntese das Avaliações Ambientais Favoráveis Nacionais, reúne percepções das Avaliações sobre Ambientes Nacionais Favoráveis (EENA, sigla em inglês) feitas ao redor do mundo entre 2013 e 2016.

Aplicadas pela CIVICUS e pelo ICNL, as EENA – uma metodologia de investigação piloto local, participativa e voltada para a acção – analisa até que ponto os ambientes nacionais favorecem o trabalho da sociedade civil. Exploram, principalmente, a habilidade que grupos da sociedade civil têm de se constituírem, funcionarem, acederem à recursos, expressarem opinião com liberdade, reunir-se pacificamente, e se envolverem nos processos decisórios governamentais.

“O relatórios-sínteses chegam num momento em que o espaço da sociedade civil está diminuindo em todo o mundo, da Bolívia ao Camboja, da Jordânia até Uganda”, disse Ine Van Severen, Analista de Políticas e Pesquisa da CIVICUS. “O panorama geral revelado pela pesquisa EENA apresenta lacunas entre aspiração e realidade, política e prática, em diversos níveis”, complementa.

Segundo o ICNL, 161 leis que restringem o espaço da sociedade civil estão a ser adotadas em diversos países desde 2012. Em vista de tais descobertas, os relatórios EENA mostram que as leis e regras que afetam as Organizações da Sociedade Civil (OSC) são, não raras vezes, desfavoráveis, apesar das constituições expressarem o contrário. Inclusivamente, há lacunas entre o objetivo descrito nas leis e a forma como elas são aplicadas na prática, uma vez que suas disposições são excessivamente genéricas e vagas, o que dá às autoridades, ampla margem para o exercício de arbitrariedade. Restrições que muitas vezes são impostas com base na protecção da segurança nacional e da ordem, para além de prevenção do terrorismo têm, na verdade, a pretensão e o efeito de dificultar a criação e o funcionamento das OSC.

Esses desafios resultam de regimes legais e regulatórios inadequados e incoerentes que não acompanharam o desenvolvimento contemporâneo da sociedade civil. Para além disso, em diversos casos, as OSC não são livres para atuar sem a permissão do Estado e têm de lidar com restrições cada vez maiores no que se refere ao acesso a recursos internacionais. Tais limitações têm como impacto, a absorção da energia e os recursos da sociedade civil e redução de sua habilidade de responder criativamente aos desafios diários.

“Em toda a pesquisa, as OSC expressaram não querer um ambiente sem leis e regras”, alerta Margaret Scotti, Assessora Jurídica do ICNL. “Ao contrário, elas querem leis e regras que reconheçam sua autonomia e o papel importante que desempenham na sociedade, leis que lhes possibilitem trabalhar mais efectivamente”.

O relatório termina conclamando por leis e regras que sejam previsíveis, factíveis, transparentes e sem interferência política. No entendimento do signatários do documento, ambientes legais favoráveis são necessários para garantir que as OSC possam desempenhar uma série de papéis, inclusivamente, estabelecer parcerias com governos e outras entidades em prol do progresso social.

Para mais informações, contactar:

Ine Van Severen

Analista de Política e Pesquisa

T: +27 11 833 5959 (ramal 104)

M: +27 71 026 29 69

<mailto:ine.vanseveren@civicus.org>

CIVICUS Media

<mailto:media@civicus.org>

Notas do editor

Os relatórios nacionais EENA estão disponíveis no [website da CIVICUS](#). Para mais informações sobre tendências a respeito da liberdade cívica, favor ver o [Civic Freedom Monitor](#) e o [Civic Freedom Resources](#) do ICNL, para além de actualizações do [CIVICUS Monitor](#).

Os relatórios EENA foram financiados pelo governo da Suécia por meio do Civic Space Initiative, que foi implementado conjuntamente pelo ARTICLE 19, pela CIVICUS, pelo ICNL, pelo World Movement for Democracy. O governo da Suécia não necessariamente compartilha das opiniões expressas no projecto EENA. Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo.